

IDENTIDADES GENÉRICAS DOS GRUPOS MACRO-JÊS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DA ZONA DA MATA MINEIRA¹

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado das discussões travadas durante o desenvolvimento das atividades previstas num projeto de Pós-doutorado desenvolvido no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O fulcro dos estudos pautou-se sobre o processo de ocupação pré-histórica de grupos Jês e Tupis na região da Zona da Mata mineira, com vistas à proposição de uma possível solução para a imbricada problemática que envolve a relação entre identidades étnicas e cultura material no contexto dos estudos dos sítios arqueológicos da região.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade étnica, Cultura material, Puri, Macro-Jê, Zona da Mata mineira

ABSTRACT

This article presents the result of discussions held during the development of planned academic activities as part of a post doctoral project at the National Museum of Rio de Janeiro. The focus of the studies was the process of prehistoric occupation by Jê and Tupi groups in the *Zona da Mata* of Minas Gerais aimed at a proposing a possible solution for the overlapping issues involving the relationship between ethnic and cultural identities in the context of studies related to archaeological sites in the region.

KEYWORDS: Ethnic Identity, Material Culture, Puri, Macro-Jê, *Zona da Mata* in Minas Gerais



Um dos maiores empreendimentos a que se lançou a Arqueologia mundial ao longo do século XX foi o reconhecimento étnico de grupos pretéritos com base em seus vestígios materiais. Salvaguardo as tradições teóricas que compõem o desenvolvimento desta disciplina, durante muito tempo pensou-se que a cultura material poderia refletir, de forma direta e sem maiores questionamentos, o *ethos* de determinados grupos. Esta concepção, extremamente reducionista do modo de agir humano, apontava para um caráter ‘monolítico’ das sociedades e entendia que havia uma relação necessária entre grupo, lugar e cultura material.

Tidos como representativos da dimensão cultural, tecnológica e simbólica de seus fabricantes, e não negamos isso, os artefatos teriam em sua interpretação máxima o poder de revelar a identidade étnica dos mesmos, e, através deles, poderia se chegar à constituição identitária de grupos sociais. É sabido que esse tipo de interpretação serviu de fundamentação a políticas de reconhecimento e legitimação para a formação de Estados nacionais, como é o caso da Alemanha e outros países Europeus (JONES, 1998). Do mesmo modo, contribuíram significativamente para a reafirmação de pequenos grupos étnicos com o fim do Colonialismo, como demonstra o caso africano e de outros locais ao redor do orbe (SHENNAN, 1994 e LIMA, 1994).

72



No Brasil, a associação direta entre vestígios materiais e unidade sócio-cultural remonta aos princípios da implantação da própria disciplina no País. Se não podemos afirmar que Peter Lund estava interessado em descobrir a que grupo particular pertencia os vestígios encontrados em Lagoa Santa, também não podemos negar que os estudos desenvolvidos pelo IHGB já no século XIX prezavam por um mapeamento material e cultural dos grupos indígenas, com uma forte ênfase na associação destes com sociedades do passado por meio dos artefatos encontrados (FERREIRA, 2001). Sabe-se, ainda, que tal aproximação procurava cercear os grupos com o intuito de colocá-los num plano comparativo entre as diferentes “raças” que compunham o país, numa lógica hierárquica baseada na tecnologia e que, a despeito de toda a cientificidade que a embasava, entendia os grupos indígenas e seus ancestrais como inferiores.

Claro que uma contextualização histórica alenta-nos quando pensamos sobre a questão e lembramos que o paradigma evolucionista dominava a cena em todos os gomos da atividade científica. Mas este pequeno “memorial” serve-nos de introdução para adverti-nos de que a associação direta entre vestígios arqueológicos e grupos particulares per-

correu todo o século XX, inclusive no Brasil, sem maiores problematizações, embora não deixemos de sopesar os esforços teóricos que concorreram para o fortalecimento da disciplina ao longo de seu desenvolvimento. Mas o fato é que, no que concerne ao tema da etnicidade, a busca por uma associação direta entre esta e a cultura material tem sido alvo de alguns questionamentos pertinentes e, para alguns autores, como veremos adiante, o problema é bem mais complexo do que se pensou até então.

Com efeito, a grande questão que se tem levantado é justamente a capacidade do trabalho arqueológico de tratar da etnicidade, um tema tão caro a uma sua disciplina irmã, a Antropologia. Esta última vem desenvolvendo sofisticados sistemas de interpretação e conceituação do fenômeno, ressaltando os variados aspectos que o compõem. Mas a diferença entre as duas está justamente na grade temporal sobre a qual cada uma atua: a Antropologia trata das sociedades contemporâneas e para isso conta, pelo menos, com informações advindas de informantes vivos e cientes de suas experiências; já a Arqueologia aciona um tipo de documento específico, a cultura material, fabricada por pessoas que não mais existem. Quando o corte cronológico permite, os arqueólogos podem contar ainda com o auxílio de fontes auxiliares, como é o caso dos documentos escritos e informações oriundas de trabalhos etnoarqueológicos. No entanto, nem sempre estes são fontes exemplares para a captação de uma realidade esvaída na névoa dos tempos.

A busca por respostas a estas e outras questões tem levado alguns teóricos da Arqueologia a revisitarem as bases epistemológicas que norteiam os trabalhos que tentam se enveredar pela elucidação da identidade étnica de povos passados (SHENNAN 1994, cf. TALALAY, 1997; LOREN e STOVEL, 1997). É preciso reforçar que em muitos casos é a partir da cultura material que tal inferência é realizada e o que está em jogo, portanto, é a possibilidade ou não de os artefatos servirem de indicativo seguro e adequado para este empreendimento. Acoplada a esta problemática, encontra-se inevitavelmente a primeira questão que levantamos neste texto: se nós arqueólogos podemos, de fato, atuar sobre esta questão. Adiantamos que as respostas não são definitivas e tampouco o consenso se faz presente. Isso não impede que uma revisão crítica do modo pelo qual o assunto vem sendo tratado não seja possível e que novas perspectivas possam ser lançadas, pelo menos em parte.

A proposição deste texto se insere justamente na tentativa de trazer para o cenário da pré-história da Zona da Mata mineira tal discussão, sem perder de vista as dificuldades



inerentes aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e o modo pelo qual ela vem sendo tratada. Ainda que consideremos como pertinente a aproximação entre cultura material e etnicidade, há uma larga diferença entre contextos históricos e pré-históricos, o que denota a necessidade de se perceber os limites e as possibilidades de uma inferência étnica em cada um deles.

Nesse ponto, ao discutir os efeitos danosos da longa consideração de cultura enquanto entidade, Shennan (1994) assevera que a etnicidade deve ser vista não como uma variação espacial entre os povos, mas sim, como uma identificação autoconsciente dos grupos. Mas, se não dispomos de outras fontes senão dos vestígios materiais e sua distribuição espacial para a elucidação da questão, a possibilidade de uma identificação étnica de grupos pretéritos está alocada justamente naquilo que não podemos alcançar: o sentimento de pertença daqueles indivíduos e as estratégias por eles montadas para sua organização em torno de uma etnicidade comum. Ora, o fato que se coloca então à Arqueologia é o de especificar suas limitações quanto ao alcance dessa autoconsciência.

74  Seguindo este raciocínio, a recorrência aos veredictos históricos não pode ser tomada como conclusiva, e sim como mais uma evidência. E há pelo menos dois fortes motivos para isso. O primeiro deles consiste na própria natureza dos mesmos, ou seja, em termos de entendimento da alteridade, o que está por trás dos documentos históricos que traçam as particularidades dos grupos, relacionando-os ou descrevendo-os isoladamente? Considere-se ainda que todo documento abarca uma intencionalidade por parte de seu autor e uma gama de interpretações possíveis por parte de seus interlocutores. O outro motivo diz respeito ao alcance desses documentos, se pensarmos que eles foram redigidos menos como uma releitura do que esses grupos pensavam de si do que de uma tentativa de catalogação dos mesmos.

Relativo aos Puris e Coroados que se encontravam na região da Zona da Mata mineira no período de intensificação da colonização no final do século XVIII e início do XIX, a recorrência aos documentos da época não tem contribuído para a elaboração de um *corpus* coerente sobre uma possível identidade étnica, se é que assim a podemos tratar. Tradicionalmente, essa região da Mata foi considerada o último refúgio de grupos Tapuias², predominantemente Macro-Jês, descendentes dos Goitacazes, que supostamente migraram do litoral fluminense, região de Campos e São Fidélis, para o sertão a fim de se resguardarem dos inúmeros ataques dos colonizadores. Puris, assim como os

Coroados (ou Croatos) e os Coropós (Cropos), são os grupos mais citados entre aqueles que se assentaram pelas margens dos rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xopotó. Tal origem comum foi sugerida pelos cronistas, com base em aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas³, culturais⁴ e principalmente, linguísticas.⁵

Os Puris, até bem pouco tempo, diga-se, século XIX, foram tratados pelos estudiosos como um grupo de ocupação recente no atual território mineiro. De modo geral, as referências a estes indígenas passam a constar da documentação colonial somente a partir do século XVIII. Contudo, a desconsideração de fontes importantes como a crônica de Padre Anchieta e do corsário inglês Anthony Knivet⁶, este último capturado e mantido prisioneiro pelos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XVI, e que viveu entre os indígenas do Vale do Paraíba do Sul durante suas diversas fugas, deixou uma lacuna na historiografia mineira que merece revisão.

O fato é que não tínhamos, até o momento, notícias dos Puris nos períodos quinhentista e seiscentista, embora Monteiro (1994:85) faça uma pequena alusão à possibilidade de certos indígenas capturados na serra da Mantiqueira no final do século XVII serem Puris⁷. Este mesmo autor nos acerca de informações importantíssimas sobre a predominância de grupos Tupis no Vale do Paraíba do Sul, que por sinal exerceram grande poder de atração nos paulistas (*ibid*:59 e 82)⁸.

Em outro recente estudo sobre os indígenas do planalto paulista, Prezias (2000) elenca uma série de cronistas quinhentistas e seiscentistas que deixaram registros sobre os antigos habitantes do vale do Paraíba. Para este autor⁹, os Puris e os Coroados seriam os remanescentes de um complexo cultural formado por grupos que habitavam a serra do Mar, o qual denomina Guaianá do Sudeste em oposição aos Guaianá do Sul. Seu propósito era diferenciar tais grupos de outros culturalmente conhecidos como Tupis e para tanto nos oferece uma série de informações até então pouco consideradas pelos especialistas.

De acordo com Prezias (2000:82), a crônica de Knivet, “*The Admirable Adventure*” (1625), escrita após seu retorno à Inglaterra, é uma das fontes mais ricas sobre as populações indígenas do Vale do Paraíba do Sul, como os Puris e os Morusueis. Knivet chega a relacionar cerca de 13 grupos para a região do atual estado de Minas Gerais, dos quais oito apresentavam características Tupis. Os Puris eram pacíficos e mantinham relações de trocas amistosas com os portugueses. Usavam a rede de dormir feita com casca de



árvore, não praticavam a antropofagia e eram amantes do tabaco e do cauim¹⁰. Prezia (2000:198), ao se reportar a outros cronistas como Thevet, Léry e Staden, diferencia os Puris dos Tupis e dos Guaitacases. Em uma passagem pouco conhecida de Léry, fica clara a proximidade dos grupos Tupiniquins e Guaianases, tendo no uso comum da língua Tupi o seu maior elo de ligação. Seguindo o raciocínio de Prezia, tal relato atesta uma suposta “tupinização deste povo [Guaianá ou Puri] que deve ter ocorrido seguramente devido aos intercâmbios comerciais e talvez aos casamentos interétnicos, como foi notado por Anchieta” (CAB, p. 448) (*ibid*:201).

Como veremos, as dúvidas quanto à filiação linguística dos Puris e sua aproximação a grupos falantes da língua Tupi ocupou durante anos a mente de muitos estudiosos. Nelson de Sena (1926:192-337) mencionou certa vez que o idioma Puri seria um dialeto alterado da língua denomina geral, o Tupi. Oilian José (1965), do mesmo modo, relacionou os Puriaçus, ou Puris grandes, a grupos Tupis. Mercadante (1973:33) também se aproxima da perspectiva que relaciona étnica e linguisticamente os Puris aos falantes do tronco linguístico Tupi. Rodrigues (1986:47-55) assevera, no entanto, que ainda são poucas as evidências de que dispomos para o conhecimento do tronco linguístico Macro-Jê e que sua constituição é altamente hipotética. Contudo, não apresenta a menor dúvida quando inclui a família Puri entre aquelas do Tronco Linguístico Macro-Jê, cuja língua não é mais falada desde o fim do século XIX, sendo seus principais centros o leste de Minas Gerais e oeste do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Entre as línguas que compõem a família Puri estão a Coroadó, a própria língua Puri e a Coropó (*ibid*: 49).

De acordo com Urban (1992), o grande número de línguas Macro-Jês nesta região¹¹ corrobora a hipótese de que os Jê meridionais se deslocaram para suas áreas atuais vindos do norte, estando os Puris no limite do extremo leste do Brasil. Assegura ser esta concentração, que se estende da Bahia ao Rio de Janeiro, de grande interesse, na medida em que pode sustentar a conjectura de uma origem para estes grupos,

“...uma especulação que poderia ser eliminada por reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jês nesta área [...]” Sustenta, ainda, que caso sejam pouco relacionadas, esta seria uma área de grande diversidade linguística para o grupo Jê e assim, um possível local de dispersão ocorrido há 5 ou 6 mil anos (*ibid*).



Conjecturas à parte, a ênfase das fontes sobre as informações concernentes aos grupos Macro-Jês no século XIX contrasta radicalmente com as dos séculos anteriores, nas quais sobressaem as notícias sobre os falantes do tronco linguístico Tupi, principalmente para os demais Estados do Brasil. Essa divisão clássica entre Tapuia e Tupi marcou de forma tão profunda os estudos históricos posteriores, que a convivência entre estes diferentes grupos foi tema de pouco interesse dos historiadores, principalmente nos estudos mineiros. Botocudo, Coropo, Coroado e Puri, entre outros, foram tratados conjuntamente enquanto Tapuias, ou seja, bárbaros e atrasados. Esta parece ter sido uma prática bastante comum nos primeiros séculos de colonização do Brasil, se alterando muito pouco no período imperial, se estendendo em muitos casos até hoje. Uma forma generalizante que toma os Tapuias em termos negativos, caracterizados mais como uma antítese da sociedade Tupi (MONTEIRO,1994:20).

Projetando tal idéia para a realidade da Zona da Mata mineira, muitas vezes se produziu a noção de que os primeiros grupos que aqui viveram foram os Macro-Jês expulsos do litoral pelos colonizadores no século XVI, e que a região sequer fora habitada anteriormente. De acordo com Resende (2003) esta “miopia historiográfica” deve-se às dificuldades encontradas pelos pesquisadores em reconstituir as histórias desses grupos, posto que se torna inexequível “...recuperar a origem étnica dessas populações à medida que foram tratadas, nas fontes documentais, na condição de ‘carijós’ ou ‘gentio da terra’.” E aqui acrescentamos outros designativos genéricos como o Puri e o Coroado, como veremos adiante. Resende considera ainda que a dificuldade de se produzir uma história que tenha fundamentação nas “matrizes étnico-culturais dos diferentes grupos indígenas”, tem sido uma das maiores justificativas para o desinteresse dos historiadores em trabalhar a temática.

Quando o foco se desloca para os estudos etnográficos ou arqueológicos a situação não se apresenta distinta. Para muitos o *Handbook of South American Indians* continua sendo consulta obrigatória e o texto de Alfred Métraux sobre os grupos da família linguística Puri-Coroado, permanece como a compilação mais sistemática da documentação colonial, bem como das informações fornecidas pelos viajantes naturalistas do século XIX, sendo por vezes, indiscriminadamente reproduzida. Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1811-1817), George Wilhelm Freyreiss (1813-1815), Prince Maximilian Wied-Neuwied (1815-1817), August de Saint-Hilaire (1816-1822), John Baptiste von

Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius (1817-1820), são alguns dos nomes mais citados. Todos estes estiveram na primeira metade do século XIX entre os poucos remanescentes dos grupos Macro-Jês da Mata mineira, relatando sua curta experiência entre estes¹².

De modo geral, reconhecem os Puris muito próximos, tanto cultural quanto linguisticamente dos Coroados e Coropós, apesar de Eschwege (2002:75), dos naturalistas, o que mais tempo permaneceu junto ao grupo, afirmar que os Puris formavam uma grande nação composta por várias tribos, das quais teve oportunidade de conhecer apenas três, os Sabonans, os Uamboris e os Xamixunas. Pondera ainda, que os Puris são em muitos aspectos distintos dos Coroados e que a rivalidade entre os grupos se esgarça no próprio etnônimo Puri, que tem sua origem na língua falada pelos Coroado, termo utilizado pejorativamente devido a atitudes pouco amistosas dos inimigos (*ibid*:90). O que não é muito diferente do problema que se instaura em torno da denominação Coroado, visto não corresponder ao verdadeiro designativo dos grupos que o receberam¹³. Trata-se de uma forma generalizada, inventada pelos portugueses, para assinalar todos os “selvagens”, que se distinguiam pela maneira de cortar o cabelo em torno e no alto da cabeça (*ibid*:101).

78



Por pertencerem à mesma família linguística, têm sido muitas vezes tratados conjuntamente pelos historiadores, que se vêem impelidos a falar de um quando se fala do outro, numa tentativa desesperada por suprir as lacunas deixadas pelos cronistas. Tudo que se refere aos Puris e Coroados quanto aos seus hábitos e costumes indica a fissão de tribos antigas, de modo que muitas delas foram classificadas como pertencendo historicamente a uma só “nação”. É importante observar que a referência a uma família linguística comum não implica necessariamente em uma identificação étnica de grupos claramente distintos, o que só faz aumentar a confusão. Eschwege (2002:119) assevera ser “...inegável que as duas línguas [puri e coroado sejam] de origem comum, pois as duas nações ainda se entendem”. Contudo, mesmo coincidindo em muitos termos, “... as construções parecem tão diferentes, a ponto de eles não se entenderem mais. Constata-se também uma diferença considerável ao analisar os usos e costumes dessas nações”, o que muitas vezes é pouco considerado pelos especialistas.

Na Arqueologia, as evidências também apontam para um contato mais intensivo entre estes grupos¹⁴. Assim como nos sítios identificados na Zona da Mata mineira (LOURES OLIVEIRA, 2004), Dias e Carvalho (1980:77) observaram que os dados obtidos em

sítios nas serras fluminense e mineira atestam a presença da Tradição Tupiguarani em uma área para qual os relatos etno-históricos afirmam ter sido habitada por grupos do tronco linguístico Macro-Jê, supostamente produtores de cerâmica da Tradição arqueológica Una¹⁵. Segundo estes mesmos autores, os vestígios encontrados em sítios nas serras mineira e fluminense indicam pontos de contato entre as duas Tradições, Una e Tupiguarani (*ibid*:76). Esta constatação levou os mencionados autores a acreditarem que os Coroado, identificados historicamente com os Puris, tenham ligações estreitas com a fase arqueológica Ipuca, da Tradição Tupiguarani, mesmo que apresentando traços provenientes da Tradição Una local.

O que não se pode perder de vista é que todas essas descrições visavam de uma forma ou de outra a objetificação dos grupos a partir de seus costumes e cultura material, além da própria língua. O agravante, no caso dos viajantes naturalistas, se mostra na medida em que não dispunham de ferramentas epistemológicas capazes de orientá-los numa análise livre de vieses preconceituosos oriundos de sua própria racionalidade. Eram em sua grande maioria intelectuais provindos da Europa com o intuito de realizar não só um mapeamento ambiental dos trópicos, mas também, por extensão, certificar-se das origens evolutivas da humanidade a partir da observação de seus grupos mais atrasados, denominados por eles de “selvagens”. É claro também que aqui, pesa toda a necessidade de um reconhecimento do contexto social e científico do período em questão. Mas não é em função desses parâmetros que a possibilidade de se obter informações mais profundas e sistematizadas a respeito dos grupos se torna mais alcançável. Como já asseverado por Oliveira (1998), dificilmente conseguiremos reconstituir identidades étnicas, sejam estas presentes ou passadas por meio das descrições, muitas vezes evasivas, fornecidas por estes viajantes naturalistas.

No caso da Arqueologia, que tenta ligar vestígios de sítios parcialmente escavados à complexidade de grupos historicamente mal definidos, o problema se agrava consideravelmente. Afinal, o que nos interessa são as generalizações dos primeiros historiadores que sistematizaram as vagas informações dos viajantes naturalistas. Isto projetou para a Arqueologia a necessidade de forjar padrões que se adequem a tais generalizações, ou tentar entender como estes grupos se relacionavam com o meio, estabeleciam redes de sociabilidade e, mais importante, saber quem eram estes Macro-Jês que se estenderam por uma área particularmente delimitada em nossa região.



À guisa de conclusão, ouvimos falar de “Nação Puri”, “Raça Puri”, “Língua Puri”, “Tribo Puri”, “Família Puri”, “Horda Puri” e, mais recentemente, até mesmo “Etnicidade Puri”, mas seremos realmente capazes algum dia de precisar quem seriam estes Puris. O certo é que até o momento não dispomos de elementos suficientes que possam lançar luz sobre a questão. Uma sugestão a ser pensada seria a de tomarmos a verdadeira conotação do termo Puri – bravo, indomável e bárbaro, enquanto equivalente ao termo Tapuia na língua Tupi, que certamente vem perdendo seu status de categoria étnica, se é que um dia o teve. Uma idéia, que de forma alguma se apresenta como nova, visto que Nelson de Senna (1938:350) ao rever sua classificação de 1908 dos indígenas de Minas Gerais, acaba por propor ser o nome Puri um designativo coletivo para “...todos os bugres da região da matta de Este a Sudeste. ‘Bugres’, ‘Puris’, e ‘Caiapós’ – foram designativos geraes de Índios bravos, em Minas, no período colonial, embora taes nomes se referissem a tribus de varia ou diversa origem ethnica)”.

De fato, se quisermos saber mais sobre estes grupos, temos que nos concentrar em estudos arqueológicos mais sistemáticos na região com vistas à verificação das localidades indicadas nas fontes para os aldeamentos¹⁶, enfatizando uma investigação da dinâmica social aí instalada. É importante a ressalva de que mesmo sendo a cultura material o elemento privilegiado no trabalho arqueológico, é preciso desmistificar a errônea concepção de que ela é a materialização passiva de uma determinada etnicidade. É imperativa a realização de escavações intensivas na região, proporcionando dados que permitam uma análise comparativa mais efetiva dos sistemas de assentamento, produção material e redes de sociabilidade inter e extra sítios. Somente assim, as possibilidades de inferência se alargarão.

Durante muito tempo a etnicidade foi tomada enquanto um conceito reificado em que as disposições limítrofes do autorreconhecimento social se refletiam de forma direta e padronizada nos artefatos. Neste contexto, a solução para a identificação dos múltiplos elementos constituintes do povoamento de uma dada região não era difícil de ser obtida, visto que a análise sincrônica dos objetos se encaixava perfeitamente a uma concepção “monolítica” de culturas imutáveis. Desse modo, um estilo estava para uma cultura, assim como esta estava para um povo e este para um lugar.

Jones (1997:6) nos alerta para o fato de que, “... não devemos assumir *a priori* que a similaridade na cultura material reflete a presença de um grupo particular de pessoas



no passado, um índice de interação social, ou estrutura normativa compartilhada”. Dito desta forma, os arranjos sociais devem ser levados em conta na análise arqueológica. A operacionalização deste argumento requer um esforço maior no sentido de entrelaçar dados históricos e arqueológicos, intra e extra fronteiriços, com as variações dos símbolos culturais que podem direcionar os arranjos num dado espaço e num dado momento. Só assim, a Arqueologia poderá contribuir para o conhecimento desses grupos, lançando luz sobre a confusão que reina nas crônicas antigas e sobre as contradições verificadas nos documentos até então conservados.

É, pois, sob esta perspectiva que os estudos desenvolvidos pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF têm sido direcionados na Zona da Mata mineira. Acreditamos que, para compreendermos um passado, muitas vezes vilipendiado pela história tradicional, não podemos nos furtar ao diálogo entre áreas tão correlatas como a Arqueologia, a Antropologia e a História. Nosso propósito em reverter o descaso com as heranças negra e indígena em nossa região é fazer com que seus descendentes se identifiquem e reconheçam seu papel em nossa formação histórica, valorizando o patrimônio arqueológico e cultural, seu maior legado às gerações futuras.

Não é demais reafirmar que as pesquisas arqueológicas na região estão apenas começando. Nossa intenção é ampliar o número de sítios a serem estudados, o que permitirá a formulação de hipóteses que direcionarão futuras escavações sistemáticas. Desse modo, teremos melhores condições de estudo, preservação e conservação dos sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira, bem como possibilidades de um maior entendimento dos problemas que envolvem questões de continuidade, ruptura ou simultaneidade das diferentes culturas que habitaram nossa região.

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Departamento de Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 - CNPQ



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. R. C. 2001. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: Novos súditos cristãos do Império Português*. Tese de Doutorado. UNICAMP
- AYRES DE CAZAL, M. 1976. *Corographia brasílica, ou, Relação histórico-geographica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia
- BARTH, F. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 187-227
- CORDEIRO OLIVEIRA, J. 2004. *A primeira face da tradição – os Goitacá. Da história e identidade dos que não “deitaram letras”*. Dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, Rio de Janeiro:
- DEBRET, J. B. 1940. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 2 vol. São Paulo
- DIAS, O. e E. CARVALHO 1980. “A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro.” *Pesquisas – Antropologia*, nº 31. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 47
- EHRENREICH, P. M. A. 1886. *Über die Puris Ostbrasiens. Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin. Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Vo. 18, p 184-188
- ESCHWEGE, W. L. 2002. *Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais
- FERREIRA, L. M. 2001. “Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877)”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, v. 11, 21-33
- FREIREYSS, G. W. 1982. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo
- IBGE. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. IBGE e Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE
- JONES, S. 1997. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London and New York: Routledge
- LERY, J. 1980. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia
- LIMA, T.A. 1994. “Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética.” *Arqueologia Histórica na América Latina*. Columbia: University of South Carolina
- LOREN, D. e E. STOVEL 1997. “Approaching a Reconciliation for Ethnic Construction in Archaeology and Identity Politics”. In: *All for One or One for All? (Re) constructing Identity in the Ancient World*. Graduate Student Symposium. Department of Classical and Near Eastern Archaeology, Bryn Mawr College



- (<http://www.brynmawr.edu/Acads/Arch/guesswho/symposium.htm>)
- LOUKOTKA, C. 1937. “La familia lingüística Coroado.” *Journal Soc. Amer. Paris* vo. 29: 157-214
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. 2004. “Os indígenas da Zona da Mata Mineira: Contribuições Etnohistóricas, Etnográficas e Arqueológicas.” In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, 39-54
- MONTEIRO, J. M. 1994. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras
- NORONHA DE TORREZÃO, A. 1889. “Vocabulário Puri.” *Rev. Trim. Inst. Hist. Geografico do Brasil*, vol. 52, 511-512
- OLIVEIRA, J. P. 1998. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.” *Mana*, Abril, vol. 4, n. 1, 47-77
- PLOETZ, H. e A. METRAUX 1930. “La civilization matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Ze du Brésil meridional et oriental.” *Rev. Inst Etnol. Universidade Nacional Tucuman*, vol. 1, 107-238
- PREZIA, B. A. 2000. *Os indígenas do planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas
- RESENDE, M. L. C. 2003. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas
- RIBEIRO, B. 1997. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global
- RODRIGUES, A. D. 1986. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola
- RUGENDAS, J. M. 1835. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris
- SAINT-HILAIRE, A. 1974. *Viagem pelo distrito de Diamantina e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia
- SALVADOR, F. V. 1982. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte
- SHENNAN, S. J. 1994. *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. New York: Routledge
- SILVA, J. N. S. 1854. “Memória documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro,” a p. 207 do n o 14 da *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, p.71/230
- SOUZA, E. S. *Aldeamento Indígena na região da mata mineira e vale do Rio Doce. Presídios de Abre Campo, Rio Pombo e Cuieté (1730 – 1850)*”. Mariana: ICHS/UFOP. (Monografia de Bacharelado)



SOUZA, G. S. 1987. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo

SPIX, J. B. e K. F. P. MARTIUS, 1923-31. *Reise in Brasilien auf befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. Königs von Baiern, in den Jahren 1817 bis 1820*, 3 vol., München

TALALAY, L. E. 1997. "Reflections on Identity and Ethnicity in the Ancient World." In: *All for One or One for All? (Re)constructing Identity in the Ancient World*. Graduate Student Symposium. Department of Classical and Near Eastern Archaeology, Bryn Mawr College (<http://www.brynmawr.edu/Acads/Arch/guesswho/symposium.htm>)

TENORIO, M. C. (org.) 2000. *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

URBAN, G. 1992. "A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativa." in M. Carneiro da Cunha (org), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,

WIED-NEUWIED, M. 1940. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*



NOTAS

¹ Esta pesquisa fez parte das atividades do Pós-Doutorado desenvolvido no Museu Nacional do Rio de Janeiro com o apoio do CNPq e foi apresentada durante o XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia.

² Tapuia era a designação geral comum a todos os habitantes do cerrado, grupos filiados ao tronco linguístico Macro-Jê, que não obstante a simplicidade de sua cultura material, eram e ainda são possuidores de grande complexidade sócio-cultural (Ribeiro, 1997:23).

³ Spix e Martius (1976: 202) afirmam que "Todos os índios que chegamos a conhecer aqui, das tribos de Puris, Coropos e Coroados, surpreendentemente, pouco se diferenciavam entre si na estatura e nas feições; os traços individuais pareciam, provavelmente por falta de desenvolvimento, dominados pelos traços gerais da raça do que é o caso, nas outras raças."

⁴ Por características culturais entendemos neste contexto apenas a relação de alguns hábitos e costumes.

⁵ De acordo com Freireyss (1982:102) "As línguas que falam os Coroados e os Puris são tão pouco diferentes que só isso parece indicar uma origem comum e há entre eles a lenda de que, há muito tempo atrás, formavam uma só nação. Naquele tempo duas famílias importantes separaram-se com os seus fiéis e começaram a briga que perdura ainda hoje, assinalada por constantes assassinatos. Notável é que os Puris são sempre os mais fortes do que os Coroados, apesar de serem da mesma origem." Apesar dessa afirmação Freireyss questiona a possibilidade de uma origem comum, argumentando serem os Puris muito mais fortes que os Coroado e que o pouco tempo de contato com os colonizadores não seria suficiente para promover tal diferenciação.

⁶ Anthony Knivet (c.1560-c.1620) foi tripulante da esquadra do corsário Cavendish, que em dezembro de 1591 saqueou a Vila de Santos. Derrotada pelo frio e o cansaço da viagem para o Sul, a tripulação acabou dizimada, sobrevivendo

apenas alguns integrantes, entre estes o próprio Knivet, que foi mantido em cativeiro pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá. Em suas constantes fugas, teve a oportunidade de conviver com vários grupos indígenas, se juntando aos Tupinambás no Vale do Paraíba e Sul de Minas, após o massacre de Cabo Frio. (vide Prezlia 2000:81) Knivet nos legou uma obra que, por vezes repleta de relatos fantasiosos, não mereceu a devida atenção dos especialistas, sendo hoje uma das principais fontes para os estudos dos grupos indígenas que habitaram a região no período quinhentista.

⁷ Nimuendaju em seu mapa etnográfico também faz referência aos Puris nas fronteiras entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais no século XVI e XVII. No mapa, o período em que estes foram vistos no Paraíba do Sul se estende entre os anos de 1597-1645, tratando-se da referência mais antiga e estes grupos.

⁸ De acordo com Elizabeth Salgado de Souza, a região da Mata mineira e o vale do Rio Doce eram os “pontos de maior aglomeração do gentio”, com predominância de nações Jês ou Tapuias sobre as de origem Tupi.

⁹ Por se tratar de um estudo de linguística, Prezlia (2000:12) parte da perspectiva de que a subdivisão em troncos linguísticos é uma forma usual de classificação étnica, embora não a única.

¹⁰ Achamos por bem reproduzir aqui uma passagem de Knivet (apud Prezlia, 2000:199) que relaciona os Puris do sudeste de Minas com os Guaianases da Serra do Mar: “Os selvagens chamados Pories [Puris] habitam pelo menos a umas cem milhas para o interior da terra; são bastante parecidos com os Wainasses [Guaianases]: homens de baixa estatura, alimentam-se apenas de pinhões e pequenos cocos do tamanho de maçãs, mas que têm cascas como nozes, e um pouco mais duros; os índios chamam-nos airiris. Possuem estes nativos uma bela tez; gostam muito de roupas, se conseguem apanhar algumas; as mulheres aparecem pintadas com diversas cores, como vermelho, azul e amarelo; estão em paz com os portugueses, não guerreiam com nenhuma nação e nem comem carne humana, desde que tenham qualquer outra carne; deitam-se em pequenas redes feitas de cascas de árvores; não possuem casa alguma, mas apenas dois ou três ramos amarrados juntos, cobertos com folhas de palmeira, quando chove (...), aqui podem-se obter destes selvagens por uma faca ou um pente, cinco ou seis galões de óleo de bálsamo.” (Knivet, [1625] 1947:137).

¹¹ De acordo com Rodrigues (1986:49) “podemos distinguir nos componentes do tronco Macro-Jê um conjunto a leste da família Jê, formado pelas famílias Puri (Coroado), Botocudo, Maxakali, Kamakã e Kariri e mais as línguas Masakará e Yatê (Fulniô, e outros a oeste daquela família, formado pela família Bororo...”, o Mongoyó, o Kotoxó, o Meniê da família Kamakã, o Coroado, o Puri e o Koropó da família Puri, temos ainda a família Maxakali, Kariri, Botocudo...”.

¹² Ao cruzar em tabela as informações fornecidas pelos principais cronistas que passaram pela Mata Mineira, constatamos sem muita dificuldade que os relatos de Eschwege e Freyreiss foram tomados como referência pelos demais viajantes naturalistas. Estes incrementaram suas descrições com as impressões que obtiveram em suas experiências relâmpago junto aos grupos, que se centram em muitos casos na observação de danças regadas a muita bebedeira.

¹³ Saint-Hilaire (1975: 32) pondera que “Os Coroados de Rio Bonito se compõem de duas hordas misturadas, os Tampruns e os Ssaricons. O nome de Coroados que os portugueses dão a esses índios, como a várias outras tribos, deve, ao que parece, sua origem ao costume que tinham antigamente muitos aborígenes, seja de cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, seja, antes de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos.”

¹⁴ Sobre este tema vide ainda Loures Oliveira (2004) e Cordeiro de Oliveira (2004).

¹⁵ Vide também Cordeiro de Oliveira (2004:49-57).

¹⁶ De acordo com José (1968:33) os Puris – povoaram, até o final do séc. XIX, as selvas onde surgiram, entre outros os municípios mineiros de Ervalia, Guiricema (antigo Bagres), Mirai (ex-Brejo de Santo Antônio), Muriaé (São Paulo do Manuel Burgo), Volta Grande e Leopoldina (ex-Feijão Cru). Na localidade do Feijão Cru, eram numerosos ainda em 1832. No início do séc. XIX, na área compreendida entre o rio Angu, ao sul, o ribeirão Meia Pataca, ao norte, o rio Pomba, a leste e as serras do oeste, nas divisas com o Município de São João Nepomuceno, [...] os Puris se dirigiam desde o século anterior [...] se estabelecendo então nas terras que se denominavam do Feijão Cru”.

